

Sarney: Reforma sacrifica regiões pobres

BRASÍLIA — Um dia após a primeira derrota importante do Governo, na votação do Capítulo do sistema tributário pelo plenário da Constituinte, o Presidente José Sarney manifestou ontem preocupação com o recolhimento direto de receitas pelos Estados e Municípios. No programa semanal radiofônico "Conversa ao pé do rádio", o Presidente afirmou que o projeto a ser aprovado pela Constituinte reduzirá em cerca de dez por cento as aplicações nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Temos que ter cuidado para não inviabilizar a União — frisou o Presidente, acrescentando que os recursos arrecadados pelo Governo federal são sempre usados para cumprir as suas finalidades e também para auxiliar as regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, construir a infra-estrutura nacional e ter recursos para as emergências.

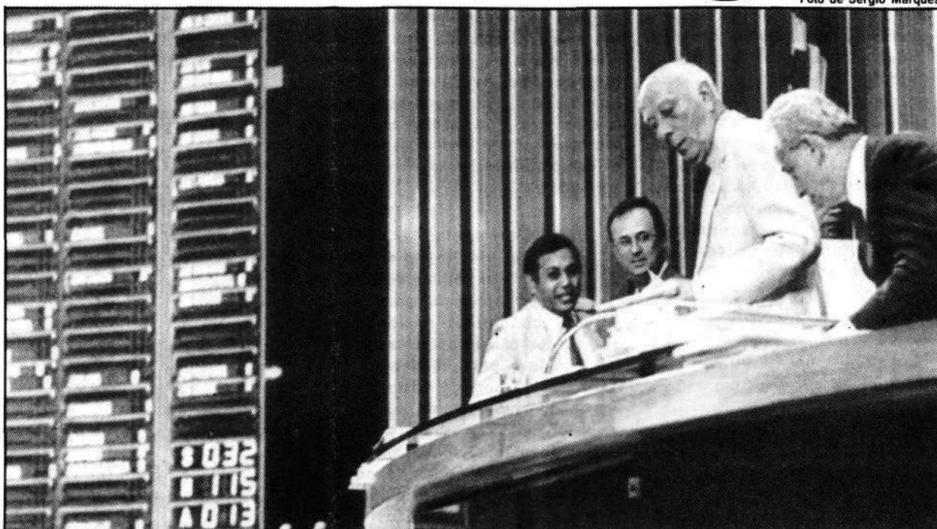
Sarney também usou o programa para comunicar a revogação do decreto que liberou as mensalidades das escolas públicas e a desapropriação de 400 mil hectares de terras para fins de reforma agrária, aprovei-

tando para elogiar o Ministro Jader Barbalho por seu desempenho na pasta.

— Ele está dinamizando o processo da reforma agrária e avançando com prudência, competência e firmeza na linha que estabeleci de promover a paz na terra — disse o Presidente Sarney.

● **CRÍTICA** — Ao contrário do que alega o Governo, que haverá evasão de recursos da União — perda de 23 por cento da arrecadação, em favor dos Estados e Municípios — o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, defendeu ontem as decisões do plenário relativas ao capítulo tributário. Segundo Ulysses, "todos, inclusive o Governo, tiveram oportunidade de apresentar contribuições ao texto", em debate desde as subcomissões temáticas.

Ulysses lembrou que segmentos interessados na aprovação de matérias constitucionais participaram das discussões, exemplificando com a atuação de juizes, promotores e advogados no título sobre o Judiciário, e o empenho de entidades internacionais de defesa ambiental, que ofereceram sugestões para a proteção do meio ambiente.



Ao encerrar os trabalhos, Ulysses comunica que haverá sessão no sábado e no domingo da próxima semana

Newton sai em defesa da redivisão tributária

BELO HORIZONTE — O Governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, considerou um equívoco as declarações do Presidente da República, José Sarney, de que a Reforma Tributária aprovada pela Assembleia Constituinte prejudicará os Estados do Norte e Nordeste.

— Quero crer que o Presidente se equivocou. Aquela reforma que nós acertamos no Rio de Janeiro ajuda de mais o Governo federal, os Estados da Federação e o Nordeste — afirmou.

Após destacar o empenho de todos os Governadores peemedebistas na manutenção da unidade partidária, Newton Cardoso expressou a disposição geral de seus colegas de apoiar as mudanças econômicas propostas pelo Governo federal.

Mas não economizou palavras para demonstrar a distância entre seu partido e Sarney. Disse que o PMDB — majoritário nas eleições estaduais passadas — na verdade nunca foi Governo no País. Explicou que sua legenda lutará até às eleições presidenciais previstas para o próximo ano para demonstrar que na prática nunca esteve à frente da administração federal.

— Vamos mostrar que o PMDB nunca foi Governo. Vamos ter um candidato a ano que vem, em 1989. O Presidente Sarney não é do PMDB. Ele sabe. Está governando com uma aliança feita por Tancredo Neves, a Aliança Democrática. Então o PMDB, pela primeira vez, vai tentar ser Governo nas eleições de 1989.

Dívidas vão ter sua cobrança agilizada

BRASÍLIA — A decisão tomada esta semana pela Constituinte, de autorizar a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrever e cobrar judicialmente dívidas junto à União, vai agilizar e tornar mais eficiente a quitação dos débitos.

A opinião é do Procurador Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito, que comemora o que define como o desejo dos Ministros da Fazenda dos últimos 20 anos: a Procuradoria poderá atuar diretamente na cobrança das dívidas ativas da União.

Atualmente, cabe ao Ministério Público a execução das dívidas ativas. Ao longo dos últimos anos, os Ministros da Fazenda tentaram sem êxito ver alterada a Carta para permitir à Procuradoria o encargo de execução destas dívidas.

Agora, a decisão dos constituintes, altera um quadro com que os Procuradores da Fazenda convivem há anos: o dos processos de cobrança de dívida junto à União que se arrastam por anos. No final de fevereiro havia 79,2 mil dívidas inscritas envolvendo CZ\$ 433,6 bilhões.

— Um valor significativo quando se observa que representa mais da metade do que o Governo economizará com o congelamento, por dois meses, da URP (Unidade de Referência de Preços) para o funcionalismo público e das estatais — concluiu Cid Heráclito.

Secretários criticam emenda que devolve à União poder de partilha

BRASÍLIA — Secretários de Fazenda de 16 Estados, que trabalham junto aos Constituintes desde quinta-feira, emitiram nota em que rejeitam a proposta de fusão das emendas patrocinadas pelo Governo e apresentadas pelos Deputados Mussa Demes (PFL-CE) e José Lourenço (PFL-BA) — que privilegia os Estados do Nordeste, mas mantém a centralização de recursos na União —, por entenderem que ela atende apenas aos interesses da União e prejudica os Estados e Municípios. O Deputado José Serra (PMDB-SP) emitiu nota onde contesta as "tabelas pseudotécnicas" utilizadas pelo Governo na tentativa de conseguir apoio à sua proposta.

A fusão das emendas Mussa-Lourenço faz o Fundo de Participação dos Estados e Municípios incidir — com percentual reduzido — sobre todos os impostos da União. Também garante à União competência para instituir o Imposto Único sobre Combustíveis, Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais — que o projeto da Sistematização inclui no ICM, de competência dos Estados.

Os Secretários disseram que, além de rejeitarem a proposta, mantêm-se firmes e unidos na defesa dos interesses dos Estados, sob o argumento de que "a melhor distribuição dos recursos é vital para a democracia e para o sistema federativo". Eles alertam os Constituintes para manobras que têm o propósito de manter a concentração de recursos em poder da União.

Negando que a distribuição dos recursos levaria a União à falência, pedem a manutenção do texto que aglutina os Impostos Únicos na base de cálculo do ICM e a manutenção dos índices já acordados dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

Num trabalho bastante técnico, Serra contestou o conjunto de tabelas que comparam a distribuição

regional de recursos no sistema tributário vigente com a que resultará do projeto da Sistematização — adaptado pelo Centrão — e a que seria obtida se fosse aprovada a nova proposta, fusão das emendas Mussa-Lourenço. As fontes dos dados são as Secretarias da Receita Federal e de Economia e Finanças.

Serra lembra que os dados utilizados são previsões de arrecadação para 1988, sujeitas a variações, dependendo das taxas de inflação e de crescimento da economia. Assim, os erros de previsão afetariam desigualmente as estimativas de arrecadação dos diversos impostos, comprometendo as simulações.

Ele também salienta que, no cálculo das tabelas, há vários descuidos. O imposto municipal sobre vendas de varejo de combustíveis, que deveria constar da receita no projeto do Centrão, simplesmente foi ignorado. — Evidentemente, a omissão diminui os ganhos relativos com o projeto do Centrão.

O Deputado paulista também argumenta que as tabelas do Ministério da Fazenda superestimam os ganhos dos Estados com a extinção dos Impostos Únicos sobre Combustíveis e Lubrificantes, Energia Elétrica e Minerais e impostos sobre transportes e comunicações, e a incorporação das respectivas bases à do ICM. Este equívoco amplia artificialmente os ganhos de receita dos Estados, distorcendo a distribuição regional dos recursos, porque aparenta um ganho maior nos Estados do Sul-Sudeste.

Ao concluir, Serra diz que o grande ganhador com a nova proposta será a União, "o que em si, não é um mal". Mas afirma que perdem também o federalismo e a economia brasileira, que terão de continuar a conviver com os Impostos Únicos, cujos efeitos econômicos são extremamente perversos.

Falta de quorum adia sessão para terça-feira

BRASÍLIA — O quorum baixo, que deixou dúvidas quanto à existência de maioria, acabou provocando o encerramento da sessão de ontem da Constituinte, justamente quando era colocado em votação o dispositivo que facultava aos Estados a cobrança adicional de até cinco por cento do Imposto de Renda sobre lucros e ganhos de capital.

Nem os articuladores da nova reforma tributária, que inclui a proposta, nem os representantes do empresariado, que desejam suprimi-la, tinham certeza de contar com 280 votos naquele momento. Por isso, todos preferiram deixar o assunto para a sessão da próxima terça-feira, às 14h30.

A criação do adicional é um dos pontos básicos do novo sistema tributário, desde a fase das subcomissões da Constituinte. Na articulação do acordo, o adicional foi a principal compensação oferecida aos Estados do Centro-Sul, que em troca apoiariam o aumento substancial da participação do Norte-Nordeste-Centro-Oeste na partilha do bolo tributário.

O Deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), que defendeu a instituição do adicional, afirmou que se tratava de parte essencial do novo

sistema, garantindo a descentralização e a autonomia dos Estados. Além disso, ressaltou que, enquanto os Estados pobres estavam sendo atendidos com a elevação de suas quotas nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios — acabando-se com o "beija-mão" que envolve o recebimento de recursos em Brasília —, os Estados ricos teriam à sua disposição um tipo de tributo, facultativo, que já existe nos Estados Unidos e no Canadá.

O argumento principal do Deputado Afif Domingos (PL-SP), um dos autores da emenda suprimindo o adicional, é que os Estados pobres acabariam sendo punidos pela adoção do novo imposto, pois, segundo ele, haveria repasse dessa taxa nos bens e serviços produzidos pelos Estados ricos.

O argumento de Domingos tem sido rebatido pelo Deputado José Serra (PMDB-SP), um dos articuladores do novo sistema tributário. Ele afirma que o adicional só incidirá sobre grandes fortunas e aplicações de lucros feitas pelas empresas, ficando longe de atingir os assalariados, pequenos e médios empresários. Segundo Serra, para serem coerentes, os adversários do adicional deveriam pedir a supressão do próprio Imposto de Renda.

Congresso homenageará Tancredo dia 21

BRASÍLIA — O Congresso vai homenagear o Presidente Tancredo Neves com uma sessão solene às 19h da próxima quinta-feira, dia 21, terceiro aniversário de sua morte. O requerimento foi apresentado pelo Deputado Milton Reis (PMDB-MG), que discursará em nome da Câmara. Ontem, o Presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, disse que apesar do esforço do Presidente José Sarney os anos sem Tancredo estão sendo muito difíceis.

Segundo ele, "o País sente a ausência do grande líder que era Tan-

credo Neves, responsável pela abertura do caminho da transição".

— Foram três anos difíceis. Toda a composição tinha sido feita pressupondo a liderança de Tancredo, suas concepções políticas e até mesmo o seu passado — acrescentou.

Ulysses reconhece o esforço de Sarney para solucionar os grandes problemas que o País enfrenta. Ressaltou, porém, que a Constituinte é o grande acontecimento nacional, pois só com uma Constituição progressista e contemporânea, que seja capaz

de restaurar a Federação, serão encontradas soluções para os graves problemas do Brasil.

O Presidente do PMDB assegurou que o pleito municipal será realizado em novembro próximo e caberá à Constituinte decidir sobre a eleição do Presidente Sarney ainda este ano. Mais uma vez ele lembrou o compromisso do País com a transição, frisando que "o monstro do autoritarismo já foi morto, mas os escombros e as ruínas estão aí para serem removidos, em todos os sentidos".



Anexo para fumantes

Parlamentares propõem desanuviar o plenário com um 'fumódromo'

PORTO ALEGRE — Outro tema bastante polêmico deverá envolver os Constituintes em breve. Ao contrário dos demais, não constará na nova Carta nem mesmo nas Disposições Transitórias. Trata-se da possibilidade de criar um "fumódromo" numa sala anexa ao plenário, onde passaria a ser proibido fumar.

Segundo o Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro, a idéia surgiu porque há três excessos na Constituinte atualmente: de tensão, de trabalho e de fumo. Como não há condições de diminuir o trabalho e a tensão, decorrências naturais do atual estágio da Constituinte, a saída urgente é combater o fumo. Isto porque, conforme Ibsen, todos estão fumando muito na Constituinte, mesmo aqueles que não têm o hábito.

Esta situação é consequência de boa parte dos

Constituintes fumar e bastante numa área onde não existem janelas, as portas de vidro estão sempre fechadas, abrindo somente quando alguém entra. Não há ventilação (somente ar condicionado) e lá os Constituintes permanecem por 10 a 12 horas seguidas, respirando num ambiente completamente enfumaçado.

— Um verdadeiro inferno — diz Ibsen.

O Líder peemedebista disse que a idéia está sendo discutida e deverá ser apresentada à Mesa, "pelas lideranças antitabagistas". Ibsen, que não fuma, adiantou que a idéia é usar uma grande sala perto do plenário, com sistema de som que permite acompanhar as sessões e até com divã, para descanso. Ibsen afirmou que o estresse é tão grande entre os Constituintes que esta semana muitos tiveram pressão alta.